

RESENHA

***A ÁFRICA DEVE UNIR-SE* E AS LUTAS POR AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL**

*Márcio Luis Paim*¹

Kwame Nkrumah. *A África deve unir-se*. Lisboa: Ulmeiro, 1977. 249 p. ISBN 972-706-183-4.

Ao contrário da idéia fixada no imaginário coletivo no Brasil sobre o surgimento da ideologia do pan-africanismo, este pensamento não teve a sua construção restrita aos intelectuais de origem africana. A palavra *Pan*, de etimologia grega, tem por significado *todo* no sentido de totalidade. Somada à palavra africanismo (ideologia de África), formam a palavra composta *pan-africanismo*. Sua origem remete aos anos 1890 e ao encontro pelo advogado de Trinidad e Tobago Henry Silvester Williams. Pensado nos fins do século XIX como uma reunião de populações de cor, tal encontro teve como um dos eixos centrais a tentativa de identificar e sistematizar as demandas das populações melanodérmicas subjugadas por séculos de escravização.

Nas primeiras décadas do século XX, o que, durante dez anos, se tentou organizar como uma conferência de populações de cor foi reelaborado com a nomenclatura pan-africanismo, sob os auspícios de W.E.B Du Bois, que, naquele momento, aparecia como um dos raros intelectuais de ascendência africana a compor a docência de uma das poucas universidades negras nos Estados Unidos. Um dos principais méritos de Du Bois na consolidação do pan-africanismo como uma ideologia de libertação das populações diaspóricas foi ressaltar a importância da educação para os afrodescendentes em direção à “libertação” no século XX. Ao fixar a “consciência de África” como um dos principais objetivos dessas populações, Dubois apontava a educação como principal meio para atingir o fim aludido. Nesse sentido, podemos

¹ Bacharel em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2006. Atualmente pesquisa a cobertura do conflito de Darfur feita pelo jornal *Folha de São Paulo*, no período de 1989 a 2001. E-mail: hpdasilva@hotmail.com.

reconhecer este pensador afro-americano como o responsável por uma das correntes mais antigas do pan-africanismo: o pan-africanismo educacional.

Outros pensadores contemporâneos a Du Bois também contribuíram de maneira significativa na tentativa de estabelecer redes globais que permitissem aos descendentes dos africanos escravizados terem uma ideia da conjuntura pós-escravista nas Américas. A ideologia pan-africana, com efeito, não se constituiu como um pensamento homogêneo e isolado. Juntamente com Henry Sylvester Williams e Du Bois, pensadores como Edward Wilmot Blyden, Booker T. Washington, Marcus Mosiah Garvey, George Padmore, Kwame Nkrumah, além de servir como prova de refutação ao juízo de um pensamento pan-africano homogêneo, representam a fase mais antiga da ideologia pan-africana, que vai até os anos 1930.

Desses, devemos a Marcus Garvey, imigrante jamaicano nos Estados Unidos, o papel de difusor de um pensamento pan-africano global. Coube a ele, ao reelaborar o pensamento de Blyden acerca de uma “África para os africanos”, a defesa da construção dos Estados Unidos da África. A ideia de retorno para África ecoou em múltiplas partes do mundo e adquiriu vários signatários. No Brasil, o principal expoente das idéias de união de populações descendentes dos africanos escravizados foi Abdias do Nascimento. Nascido em Franca, São Paulo, em 1914, é hoje o mais antigo militante negro em atividade. Figura decisiva na fundação do Teatro Experimental do Negro (TEN) e do Movimento Negro Unificado (MNU), Abdias garantiu uma segura contribuição para a heterogeneidade do pensamento pan-africano, a partir do Brasil. Durante a ditadura militar, estabelecida no Brasil no período compreendido entre 1964 e 1985, Abdias ficou impedido de expressar-se publicamente em favor da comunidade afrodescendente, ficando exilado durante dez anos (1968-1978). Percorrido esse longo período, elegeu-se deputado e senador da República, apresentando-se como a principal voz da comunidade negra na Câmara Federal.

Após meio século de reconstruções, a ideologia pan-africana passou por profundos processos de reelaboração desde a sua criação em fins do século XIX para constituir-se como a “coluna vertebral” das independências no continente africano. Kwame Nkrumah assumiu um papel incomensurável nessa reelaboração. Nkrumah nasceu em 27 de setembro de 1909, em Nkroful, Gana, país africano da Costa

Ocidental, anteriormente conhecido como Costa do Ouro. Originário das elites africanas que tiveram acesso ao sistema educacional ocidental, Nkrumah utilizou seus conhecimentos como um combustível catalisador das descolonizações em África. Formado em Teologia na destacada de Achimota School em Acra, atual capital do país, continuou a sua formação em um seminário católico romano, além de lecionar em uma escola católica, localizada na região de Axim. Após sair do país em 1935, obteve o título de bacharel em Ciência Política na Lincoln University, na Pensilvânia. Na mesma instituição, obteve os títulos de mestre em Educação e doutor em Filosofia em 1942.

Ainda quando estudante de graduação nos Estados Unidos, Nkrumah desenvolveu seu senso crítico e espírito de liderança, contribuindo na produção de peças teatrais estudantis e com a escrita de diversos artigos sobre os impactos de governos euro-ocidentais no continente africano. Foi no período de sua estadia em solo estadunidense que Nkrumah travou contato com as ideias do pan-africanismo difundidas por Marcus Garvey. Essa ideologia seria responsável pela construção de um arquétipo político da África pós-colonial. Datam também desse período as correspondências deste pensador africano com outros dois pensadores afro-americanos, George Padmore e C.L.R. James, ambos de Trinidad e Tobago. Nos anos seguintes, os três atuaram significativamente no processo de libertação da África. Como ativista do movimento pan-africano criado por Garvey, Nkrumah participou da organização do Congresso Pan-Africano em 1945, realizado na Inglaterra, na cidade de Manchester. Esse congresso, diga-se de passagem, além de aglutinar as forças intra-africanas acerca da independência, colocou em prática o processo de libertação, que desembocou na consolidação do Estado do Gana como um dos primeiros estados independentes da África.

O ativismo de Nkrumah não se restringiu apenas ao anticolonialismo ocidental. Acima de tudo, sua ideologia de libertação foi externalizada em uma vasta produção de livros tornados históricos pela sua precisão analítica acerca das realidades africanas daquele momento. *África deve uni-se* apresenta-se como uma dessas importantes produções. Considerado como um projeto da perspectiva pan-africana para uma África pós-colonial, o livro, escrito em 1963, é composto de 249 páginas e está dividido em 21 capítulos que possuem como foco argumentativo central, apoiado em dados

pormenorizados sobre os recursos africanos, as justificativas para a construção dos Estados Unidos da África socialista – uma vez que o autor compartilhava do repertório marxista como recurso ideológico para a conquista da independência.

No livro, Nkrumah aponta para a nova fase da conjuntura capitalista pós 1945 que se apresentaria à África descolonizada. Segundo ele, para enfrentá-la de forma a inserir o continente africano como sujeito no cenário global, seria necessário que os governos africanos, a partir das particularidades de recursos geoestratégicos de cada país, pudessem unir os interesses nacionais na construção de uma África continental, ou seja, numa suposta África onde cada país participasse na decisão do destino do continente. Imprescindível destacar a forma com que a exposição argumentativa pan-africanista de Nkrumah se contrapõe ao juízo erroneamente difundido de que o pan-africanismo se restringiria a propor que os milhões de descendentes de africanos submetidos ao escravismo global retornassem à África. Tal idéia, preconceituosa e apressada, deixa implícita a opinião de que o ideário pan-africano – mais precisamente a corrente seguida por N’Kruma – ou mesmo a proposta de uma independência fundamentada neste eram sustentados pela utopia da perfeição, ou seja, que a unidade africana seria alcançada sem maiores dificuldades. A maneira como o autor desenvolve os seus argumentos explica os motivos pelos quais os governos africanos deveriam entender-se no sentido continental.

No sentido de acompanhar a apresentação do autor, três capítulos se destacam. Em “Primeiro a liberdade”, o autor aponta para a importância da liberdade na construção da independência e da autodeterminação de qualquer povo. Por outro lado, utiliza o exemplo da colonização da África para evidenciar que, diante da configuração política africana e da importância dos recursos do solo africano no cenário global, a independência de um único país africano, quando analisado em um contexto geral, seria insuficiente, sendo necessária a libertação de todos os países do continente como o primeiro passo para as decisões posteriores. No segundo capítulo destacado, “A unidade africana”, Nkrumah reconstrói a trajetória do movimento pan-africano desde os seus primeiros precursores, no sentido de evidenciar a concepção de “unidade” preconizada por esse em dimensão continental. O terceiro e talvez o mais importante capítulo é “Necessidades da África: integração econômica e integração política”, no qual o autor

faz um levantamento sucinto dos recursos geoestratégicos da África e destaca a importância crucial atribuída a esses após a Segunda Guerra. Nkrumah destaca os recursos hidroelétricos passíveis de ser utilizados em benefício dos próprios países africanos, tendo em vista a potencialidade encontrada em países como Congo, Egito, Tanzânia, os quais concentram parte significativa do volume das águas do continente. Mais uma vez, cabe ressaltar que, com os argumentos baseados no arrolamento dos recursos, o autor desconstrói a falsa ideia de que o pan-africanismo seja uma política exclusivamente migratória, ou seja, restrita unicamente ao retorno dos africanos para o continente.

Por outro lado, em seu potencial político emancipatório, os argumentos apresentados por Kwame Nkrumah nos remetem a discussões importantes da atual conjuntura política brasileira. No que diz respeito ao campo de estudos das relações raciais – desde a aprovação do Decreto das Ações Afirmativas, em 13 de Maio de 2002² –, contribui imperativamente para mais do que uma resenha crítica. A ausência de um marco referencial que possa ser utilizado como parâmetro histórico a conectar a experiência brasileira à História da África e de sua Diáspora contribui para que a obra *África deve unir-se* sirva como uma diretriz na refutação dos juízos preconceituosos lançados sobre as propostas de independência nutridas a partir de valores libertadores do período pós-colonial.

A implementação da Lei n. 10.639/03 abriu definitivamente as portas para a consolidação do ensino dos estudos africanos no Brasil. Esse espaço permite que os conteúdos consolidados no interior da ideologia tradicional (que coaduna com a democracia racial) sejam revistos e atualizados, assim como, livros clássicos, como os de Kwame Nkrumah, W.E.B. Du Bois, C.L.R. James, Cheik Anta Diop e outros – que podem dar uma ideia da África a partir de um ponto de vista africano – sejam traduzidos disponibilizados no país que responde pela maior população de afrodescendentes fora do continente africano.

² Brasil. *Decreto n. 4.228*, de 13 de maio de 2002. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/legislacao/99359/decreto-4228-02. Acessado em: outubro de 2010.